SUFFRAGIUM
REVISTA CIENTÍFICA DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO CEARÁ
TRE-CE

ORGANIZAÇÃO E DESEMPENHO DE PT E PL NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2024 NO CEARÁ

ORGANIZATION AND PERFORMANCE OF THE PT AND PL IN THE 2024 MUNICIPAL ELECTIONS IN CEARÁ

Ary Jorge Aguiar Nogueira
Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ).
Doutor em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade de São Paulo (USP)
aryjorge@alumni.usp.br

Clênia Trindade Lucena
Doutoranda em Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará (UECE).
Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
cleniatrindade.lc@gmail.com

Fernando Antônio Holanda Lima
Técnico Judic iário do Tribunal Regional Eleitoral do Ceará (TRE-CE).
Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC)
fernandoholandalima@gmail.com

Monalisa Soares Lopes
Professora do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC).
Coordena o Laboratório de Estudos sobre Política, Eleições e Mídia – LEPEM/UFC.
Doutora em Sociologia pela UFC.
monalisasoares@ufc.br

Thaís Gomes Abreu
Doutoranda em Direito Agrário pela Universidade Federal de Goiás (UFC).
Mestra em Direito Agrário pela UFG.
thais.g.abreu@gmail.com

RESUMO: O artigo analisa o desempenho eleitoral, nas eleições de 2024 no Ceará, do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Liberal (PL). Partidos com maior representação na Câmara Federal, possuem as lideranças políticas de maior capital eleitoral e constituem os pólos da disputa política nacional (governo x oposição). Para tanto reconstituímos, a partir de uma análise descritiva dos dados do TSE, o cenário de organização das agremiações para a disputa local considerando: a) as movimentações em torno de filiações no ano eleitoral; b) o total de candidaturas apresentadas para os cargos de prefeito/a, vice-prefeito/a e vereador/a e c) resultados eleitorais. Partindo de uma perspectiva analítica, o artigo busca contribuir para a compreensão das conexões entre disputa nacional e local, a partir da compreensão da organização e desempenho eleitoral de PT e PL para a disputa municipal no Ceará em 2024. A análise dos dados coletados (filiações, candidaturas) oferece uma caracterização e comparativo dos partidos (PT e PL), considerando o perfil das candidaturas, a partir das variáveis de gênero, raça, região e coligações (no caso da disputa majoritária), e também sua performance eleitoral. Os resultados evidenciam a preponderância do PT sobre o PL no Ceará, com a conquista de 47 prefeituras

ante a ausência de vitórias do PL como cabeça de chapa. Na capital, contudo, o segundo turno reproduziu o acirramento da disputa nacional de 2022, sendo decidido por uma margem inferior a 1%.

PALAVRAS-CHAVE: desempenho eleitoral; PT; PL; Ceará; 2024.

ABSTRACT: This paper examines the electoral performance of the Workers' Party (PT) and the Liberal Party (PL) in the 2024 elections in the state of Ceará, Brazil. As the parties with the largest representation in the Federal Chamber, they hold the main political leaderships with the greatest electoral capital and represent the two poles of the national political dispute (government vs. opposition). Drawing on descriptive data from the Superior Electoral Court (TSE), this study reconstructs the organizational landscape of these parties and analyzes their performance in local contests, focusing on: (a) changes in party affiliations during the election year; (b) the total number of candidacies for mayor, vice-mayor, and city councilor; and (c) the electoral outcomes. Adopting an analytical perspective, the paper aims to shed light on the connections between national and local political dynamics by analyzing the party organization and electoral performance of the PT and the PL in the 2024 municipal races in Ceará. The analysis of the collected data—affiliations, candidacies, and results—enables a comparative characterization of the PT and PL, profiling their candidates by gender, race, region, and coalition patterns (in the case of majoritarian elections), as well as assessing their overall electoral performance. The outcome data demonstrate the PT's clear advantage over the PL in Ceará, securing 47 mayoralties while the PL won none as head of ticket. In the capital, however, the runoff mirrored the tight 2022 national polarization, decided by a margin under 1%.

KEYWORDS: *electoral performance; Workers' Party (PT); Liberal Party (PL); Ceará; 2024.*

INTRODUÇÃO

As eleições municipais foram, durante muito tempo, um campo de pesquisas marcado por lacunas analíticas (Lavareda; Telles, 2016). Uma discussão relevante nessa temática diz respeito à influência que a disputa nacional tem nas disputas locais. De acordo com Carneiro e Almeida (2008, p. 425), a eleição municipal é perpassada por "uma trama complexa de relações [que] entrelaça os municípios às esferas estadual e nacional". Em se tratando das capitais, Lavareda e Telles (2016, p. 15) afirmam que essas possuem uma dinâmica ainda mais proximal aos desdobramentos do pleito nacional: "como epicentro da dinâmica política, espaços onde se agudizam os problemas econômicos e sociais, onde também se concentra a 'opinião pública' mais informada, as variáveis 'nacionais' neles marcam presença com maior intensidade".

Tomando as eleições como um *continuum* no jogo político, os partidos perceberiam as eleições locais como oportunidade para (re)aglutinar forças com vistas à próxima disputa nacional. Seja para a manutenção/ampliação da força parlamentar, seja para a organização das disputas majoritárias. Este artigo se situa nessa perspectiva analítica e busca contribuir para a compreensão das conexões entre disputa nacional e local, a partir da compreensão da organização e desempenho eleitoral de PT e PL para a disputa municipal no Ceará neste pleito de 2024.

A escolha por essas agremiações refere-se à relevância obtida por ambas na última disputa

nacional. Além de reunirem as duas maiores lideranças nacionais em termos eleitorais, Lula e Bolsonaro, PT e PL, também constituem as maiores bancadas da Câmara Federal. Considerando esse cenário, Nunes (2023) argumentou que a disputa municipal de 2024 seria marcada pela reprodução da polarização nacional, especialmente, nas capitais. Em termos institucionais, é relevante demarcar que em 2024 o fundo eleitoral foi mais que o dobro do valor das eleições de 2020. Reunindo um total de R$ 4,9 bilhões, PL e PT lideram com os maiores valores a serem distribuídos: R$ 886,8 milhões e R$ 619,8 milhões, respectivamente.

No caso do Ceará, cabe apontar que os partidos também passaram por algumas mudanças no que toca à correlação de forças internas, desde o pleito de 2022. O PL, por exemplo, viu a liderança de Acilon Gonçalves desvanecer diante do fortalecimento eleitoral do grupo mais alinhado ao ex-presidente Bolsonaro. A renúncia de Acilon e a escolha de Carmelo Neto para substituí-lo ocorreu em meio às disputas sobre a direção das comissões provisórias para a eleição de 2024. A chegada dos aliados de Bolsonaro ao partido tensionou as estratégias adotadas pela liderança anterior. Em sua carta de renúncia, Acilon mencionou "dificuldade de relacionamento" com os novos filiados. No caso do PT, o grande capital político e eleitoral de Camilo Santana, que elegeu seu sucessor Elmano de Freitas no primeiro turno, orientou o rearranjo de forças internas à agremiação. O ministro da educação conseguiu desmobilizar candidaturas "naturais" do partido no estado, como a de Luizianne Lins em Fortaleza, a fim de emplacar candidatos ligados diretamente à sua influência. O peso da representatividade eleitoral do ex-governador resta evidenciado em seu empenho e participação direta nas campanhas dos correligionários.

Reunidos os aspectos que delineiam o cenário da disputa em 2024 no Ceará, este texto pretende reconstituir, a partir de uma análise descritiva dos dados do TSE, o cenário de organização de PT e PL para a disputa local considerando: a) as movimentações em torno de filiações no ano eleitoral; b) o total de candidaturas apresentadas para os cargos de prefeito/a, vice-prefeito/a e vereador/a e c) os resultados eleitorais. O artigo está estruturado por essa introdução, seguida da revisão de literatura. Na sequência apresentamos a metodologia e a análise dos dados coletados. Por fim, apresentamos as conclusões.

1. REVISÃO DA LITERATURA / REFERENCIAL TEÓRICO / ESTADO DA ARTE

A literatura sobre os partidos políticos no Brasil, em sua grande maioria (Mainwaring, 2001; Samuels, 2000; Ames, 2003), enfatiza sua fragilidade e baixa institucionalização, destacando esse fator em virtude de sua baixa capacidade de incidir sobre as escolhas dos eleitores/as. Em se tratando do nível local, há uma avaliação de que seriam ainda mais fracos, considerando a incidência de variáveis como influência de lideranças locais, poder dos governadores, tradicionalismo, personalismo, etc. Predomina nessa literatura, portanto, a ideia de partidos fortes na arena legislativa/governamental e fracos na arena eleitoral. A tese do personalismo e da baixa identificação partidária pelo eleitor/a, a alta fragmentação partidária e o federalismo seriam evidências dos desafios enfrentados pelos partidos no Brasil. Um aspecto relevante

dessa literatura é que atribui centralidade à relação entre partidos e eleitores como evidência da institucionalização (Mainwaring, 1999), desconsiderando assim outras dimensões como a atuação governamental. Figueiredo e Limongi (2001) argumentam justamente que na arena governativa os partidos são disciplinados e previsíveis.

Para Tarouco (2010, p.181), Mainwaring *et al* enfatizam a dimensão societal da atuação dos partidos, destacando sua importância para os eleitores. Tal perspectiva se alinha à leitura clássica sobre o papel representativo das organizações partidárias, destacando sua atuação como intermediários entre os interesses da população e o Estado no cerne da democracia. De acordo com a autora, uma perspectiva mais minimalista dos partidos políticos oferece melhores condições para a compreensão dessas instituições que "a) competem em eleições para formar o governo e o legislativo; b) atuam em diferentes frentes, podendo desenvolver suas relações com o Estado sem necessariamente aprofundar vínculos societários; c) competem com outras associações pela canalização de interesses" (p. 181). Essa reflexão de Tarouco nos interessa particularmente porque nos permite compreender os movimentos prévios aos resultados eleitorais, com destaque para a organização dos partidos para a disputa.

Nesse sentido, trabalhos como os de Braga (2010) têm buscado tensionar a interpretação hegemônica, apontando a centralidade dos partidos na condução dos processos eleitorais. Seguindo uma perspectiva de análise distinta da de Mainwaring (2001) para a institucionalização, a autora defende o argumento de que o sistema partidário brasileiro assumiu uma estrutura de competição mais estável. Para Braga (2010) uma evidência significativa foi a manutenção do número de agremiações, que concentraram cada vez mais adesões eleitorais. Segundo Carreirão (2014), produções como esta "apontam para uma abordagem dos partidos que toma como pressuposto que o papel efetivo que eles desempenham hoje nas democracias é mais o de auxiliar na estruturação da competição e na formação de governos do que o de representação política dos eleitores" (p. 259).

Esse argumento se fundamenta na evidência de que os partidos moldam a competição pelos votos, desde a decisão por quais candidaturas lançar, onde, qual a distribuição de recursos e tempo de TV, destacando, assim, a importância da oferta partidária para a dinâmica da disputa. Klein (2014) acrescenta outro dado relevante: a obtenção da maioria dos votos nas eleições majoritárias passa pela construção de coligações que são costuradas e definidas pelas direções partidárias. Os partidos seriam, portanto, "principais engrenagens que dão estabilidade ao sistema na medida em que delineiam o mercado eleitoral" (Klein, 2014, p. 17). Guarnieri (2011), ao analisar a "força dos partidos fracos" argumenta que os conflitos internos aos partidos se dão em virtude da conquista pelo controle da tomada de decisão que incide sobre as estratégias eleitorais de cada agremiação.

Nessa perspectiva, os partidos não só ajudam a entender o funcionamento do sistema, como também são influenciados e moldados por ele, ou seja, o comportamento dos partidos políticos e suas ações contribuem para o entendimento de como o sistema funciona, com base em suas ideologias, estruturas e práticas. Já o sistema determina certas regras, incentivos e limitações que

moldam a forma como os partidos se organizam, competem e atuam, o próprio sistema político em que os partidos estão inseridos também influencia a maneira como eles operam (Klein, 2014).

A competição eleitoral no Brasil é caracterizada por um sistema aninhado, onde as dinâmicas e resultados das eleições municipais influenciam, e são influenciados pelas eleições estaduais e federais. Isso implica que vereadores/as e prefeitos/as desempenham um papel estratégico, muitas vezes, apoiando candidaturas em nível estadual e federal. Portanto, a definição das estratégias eleitorais para as coligações majoritárias municipais leva em conta os acordos estabelecidos nas eleições proporcionais, às forças políticas regionais, o poder dos executivos estaduais e municipais em exercício, e as oportunidades no cenário eleitoral (França, 2013). Tal argumento é reforçado por Carneiro e Almeida (2008, p. 425) quando afirmam que "a dinâmica político-eleitoral nos municípios não pode ser entendida como expressão apenas das forças que se movem em seu território".

Relevante destacar que a conexão entre as esferas não ocorre de modo homogêneo. De acordo com Borges (2015), a nacionalização dos partidos ocorre por duas vias, de um lado, as agremiações que alcançam a nacionalização via presidencialização das disputas, de outro lado, as que investem nas eleições para governos estaduais. Considerando o caso do PT, Miguel e Machado (2007), ao analisar as coligações do partido para as eleições municipais, argumentam que o partido foi ampliando a postura pragmática com vistas a vitória eleitoral, o que foi reforçado com a chegada ao governo. Isso, no entanto, não impediu o partido de buscar manter um diferencial que pudesse ser capitalizado nas disputas políticas.

2. METODOLOGIA

Metodologicamente realizamos uma análise descritiva dos dados de filiação e candidaturas de PT e PL para a disputa de 2024. A análise dos dados coletados (filiações e candidaturas) oferece uma caracterização e comparativo das candidaturas dos partidos (PT e PL), considerando as variáveis de gênero, raça, região e coligações (no caso da disputa majoritária).

Os dados sobre filiações partidárias foram extraídos da seção "Estatísticas Eleitorais", constante do site do Tribunal Superior Eleitoral (Brasil, 2024). Foi utilizada a ferramenta de consulta "Filiação Partidária Mensal". Na sequência, foi acessado o campo "Evolução da filiação do eleitorado", sendo escolhidos os anos (2022 a 2024), estado (Ceará) e partidos pertinentes (PT/PL).

Em relação às candidaturas, os dados foram extraídos do campo "Candidatos", do Portal Dados Abertos (Brasil, 2024a), igualmente gerenciado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Quanto às regiões do estado do Ceará, foi utilizada a divisão proposta pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2015), retomada posteriormente pela Plataforma Ceará 2050 (Ceará, 2018), projeto colaborativo que conta com a participação do Governo do Estado do Ceará, Universidade Federal do Ceará, Fundação ASTEF e Instituto PUBLIX.

A extração dos dados sobre as candidaturas teve como data de corte o dia 08/09/2024, quando havia, então, 13.157 pedidos de registro de candidatura apresentados perante o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará. Foi necessário realizar a extração antes do prazo final para julgamento dos pedidos de registro de candidaturas (16/09/2024), a fim de possibilitar a análise dos dados em tempo hábil. Trata-se de uma limitação da pesquisa, pois os números de pedidos de registro costumam sofrer variação até o encerramento do prazo para julgamento. Considerando os prazos mínimos para realização da análise, bem como o fato de que a variação não costuma ser de grande magnitude, optou-se por dar seguimento ao trabalho com os dados de 08/09/2024. Além disso, a limitação poderia ser superada posteriormente, quando da análise dos resultados eleitorais de 2024.

Quanto aos dados dos resultados, foram extraídos na seção "votação nominal", dentro do campo de resultados, nas estatísticas eleitorais do site do Tribunal Superior Eleitoral. Foram aplicados os seguintes filtros: ano - 2024; região - todas; UF - CE; Município - Todas; Tipo eleição- Eleição Ordinária; Turno - 1 (para vereadores e prefeitos); Turno - 2 (para prefeitos); Eleição - Todas; Cargo - Prefeito e Vereador (um de cada vez); Si tuação de totalização - Eleito; Nome da candidata ou candidato - Não selecionado.

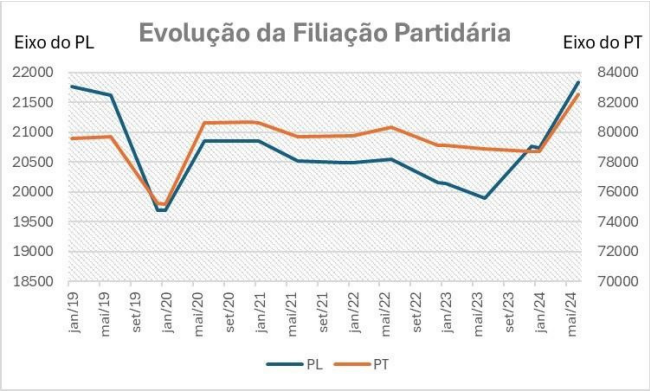
Após a seleção dos filtros, chegou a uma planilha com 2190 vereadores e 184 prefeitos eleitos.

Os dados foram compilados em planilhas de Excel, versão 2408 e as tabelas de distribuição de frequência foram geradas no IBM SPSS Statistics, versão 27.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Analisando a organização de PT e PL para a disputa eleitoral de 2024, observamos inicialmente os dados referentes à filiação. Nosso interesse era identificar ganhos e perdas em termos de filiados/as que poderiam indicar as movimentações com vistas à eleição. O gráfico de filiações, que contempla o ano anterior às eleições de 2020 até 2024, evidencia que são nas eleições municipais em que mais intensificam as movimentações no quadro de filiados, tanto do PT quanto do PL.

Gráfico 1 - Evolução da Filiação Partidária - PT/PL (2019-2024)



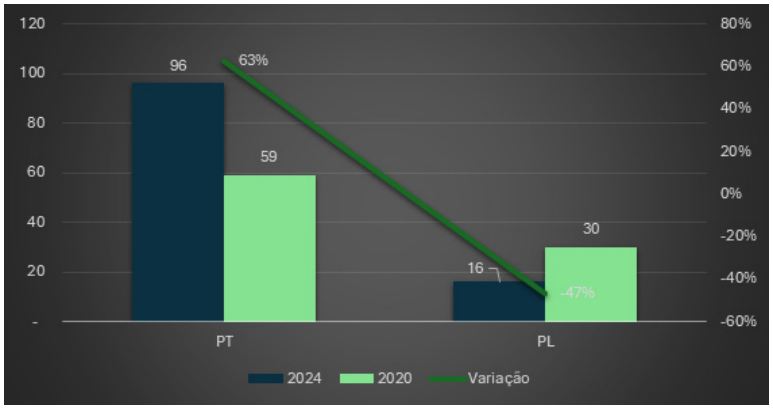
Fonte: TSE. Elaboração própria.

A série temporal demonstra a sensibilidade dos fluxos de filiação ao calendário eleitoral municipal, com picos acentuados no fechamento da janela partidária. Observa-se que, embora ambas as legendas apresentem trajetórias ascendentes nos períodos pré-eleitorais, o PT mantém um piso de filiados historicamente mais elevado e estável no estado, ao passo que o PL reflete oscilações mais bruscas, que podem estar associadas a reconfigurações e disputas de diretórios locais, sob a influência dos interesses partidários no plano nacional. Esses dados evidenciam como o PT constitui uma organização mais estável, que se mantém estruturada entre ciclos eleitorais.

De acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em 2024 houve uma redução de 19% no número total de candidaturas registradas. No caso das candidaturas de PT e PL no Ceará, o que podemos observar é uma queda acima da média (31%) no número de candidaturas do PL enquanto o PT apresentou leve aumento (3%).

As mudanças foram mais significativas em ambos os partidos na composição para o cargo de Prefeito/a. A redução do PL foi de 47% e o PT teve um aumento de 63%:

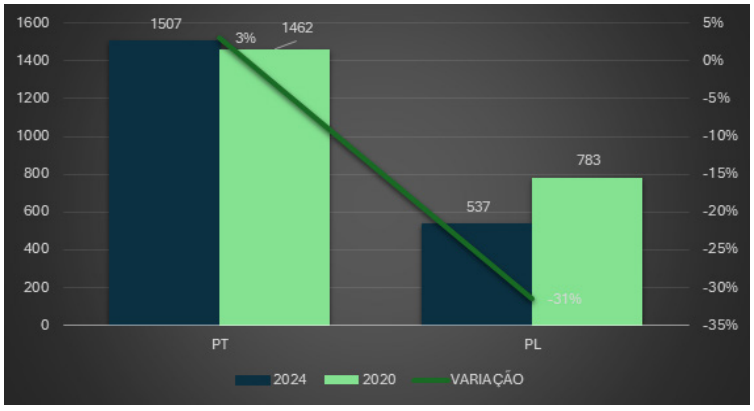
Gráfico 2 – Quantidade de registro de candidaturas a Prefeitos no Ceará – PT e PL



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Já nas candidaturas para vereança, o PL decresceu 31% e o PT cresceu 3%:

Gráfico 3 – Quantidade de registro de candidaturas a Vereadores no Ceará – PT e PL



Fonte: TSE. Elaboração própria.

A variação no volume de candidaturas sugere estratégias institucionais divergentes: enquanto o PT expandiu substancialmente suas cabeças de chapa majoritárias (+63%) e preservou sua base proporcional (+3%), o PL experimentou retração aguda em ambos os níveis (-47% para prefeito e -31% para vereador). Esse contraste mostra a capacidade do PT de capilarizar sua oferta eleitoral pelo território cearense, em contraposição a uma presença mais concentrada e restrita do PL. Neste aspecto fica evidente a relevância do papel desempenhado pelos partidos na produção da oferta eleitoral, como apontam Klein (2014) e Guarnieri (2011).

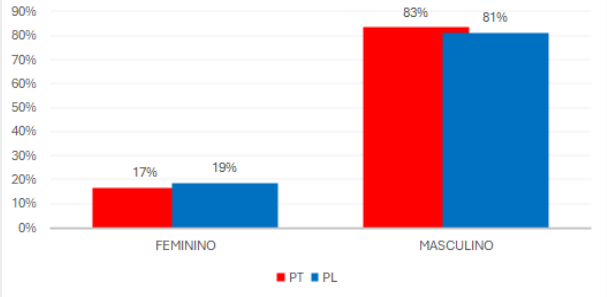
No que diz respeito à distribuição de candidaturas em termos de gênero, os dados das eleições de 2024 no Ceará apontam algo já identificado pela literatura dos estudos de representatividade feminina (Miguel *et al*, 2021), a política continua sendo uma arena dominada essencialmente por homens brancos. Machado, Marques e Biroli (2022) nos lembram que os percentuais de candidaturas dependem muito da chancela dos partidos. Aqui já identificamos um aspecto apontado anteriormente que diz respeito à relevância partidária no delineamento do mercado eleitoral.

A tendência dos partidos têm sido favorecer um modelo de "candidato ideal", o qual possui capital e conhecimento político que renderão votos no mercado eleitoral – de preferência, que esse candidato já possua mandato e vasta rede de apoio. Majoritariamente, esse modelo corresponde a perfis de homens. Em sua dinâmica interna, as instituições partidárias tendem a valorizar e fomentar "estilos e habilidades" que, usualmente, não caracterizam a atuação das mulheres (Sacchet; Speck, 2012).

Alcântara (2014) reforça essa perspectiva ao argumentar que não há interesse dos partidos em inserir as mulheres nos espaços políticos. Para a autora, as mulheres não aparecem nem mesmo nos estatutos partidários, nas composições de direções partidárias ou mesmo nos quadros de filiados com a importância devida. A narrativa de que as mulheres não se interessam por política partidária não é uma realidade factual, Machado, Marques e Biroli (2022) nos lembram que 45% das pessoas filiadas a partidos políticos são mulheres, segundo dados do TSE de 2021.

Quando verificamos as candidaturas femininas de PT e PL para cargo de Prefeito/a, no Ceará em 2024, o percentual é baixo em ambos os partidos. Apesar da pequena diferença é interessante notar a leve vantagem do PL em relação ao PT, considerando a atuação histórica deste partido nas lutas por representatividade feminina.

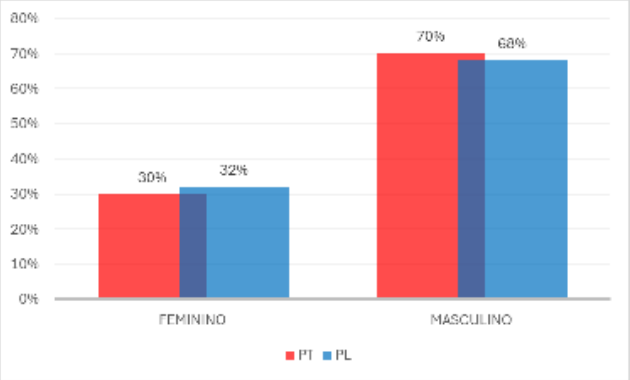
Gráfico 4 - Distribuição por gênero estado do Ceará - Cargo prefeito/a - PT/PL



Fonte: TSE. Elaboração própria.

Quando tratamos das candidaturas à vice-prefeitura de PT e PL, saímos dos 17% e 19% de candidaturas femininas para 30% e 32%, respectivamente:

Gráfico 5 - Distribuição por gênero estado do Ceará cargo vice-prefeito - PT/PL



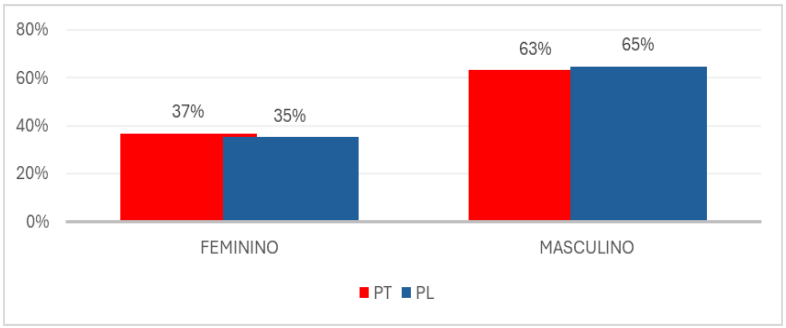
Fonte: TSE. Elaboração própria.

Em 2018, houve decisão do STF e TSE sobre a divisão dos recursos de financiamento e tempo de rádio de TV que indicava a proporcionalidade conforme percentual de candidaturas femininas, sendo o mínimo 30%. A ampliação da presença das mulheres na chapa majoritária, na condição de vice, tem sido explicada como mais um subterfúgio que os partidos têm se mobilizado para cumprir os dispositivos legais, sem, no entanto, alterar significativamente o perfil da representação política. Nesse sentido, Peixoto, Marques e Ribeiro (2022, p. 106) argumentam que,

> Legalmente os partidos devem financiar as candidaturas para cargos tanto proporcionais quanto para majoritários. E é nesse ponto que pode surgir uma nova estratégia para contornar o incentivo institucional para a participação feminina via financiamento: os partidos podem financiar campanhas masculinas com recursos que deveriam ser destinados às mulheres desde que tenham mulheres compondo as chapas nas eleições majoritárias (inclusive como vices). Não há valores mínimos estabelecidos nem para candidaturas femininas individualmente, nem para cargos, cabendo aos partidos estabelecer os critérios e as estratégias de distribuição interna. Dessa forma, uma candidatura a vice-prefeita pode obter todo o recurso mínimo exigido para as campanhas femininas de um partido em um determinado município e todo o restante dos recursos ser distribuído entre os homens candidatos a vereador. Essa estratégia é uma típica reação conservadora dos partidos que visa frear a introdução de mecanismos de promoção de igualdade de gênero nas disputas eleitorais.

Analisando os cargos para Vereadores foi possível observar que o PT e o PL não divergem tanto no número de candidatas mulheres e, consequentemente, nas candidaturas de homens à vereadores.

Gráfico 6 - Distribuição por gênero estado do Ceará cargo vereador - PT/PL



Fonte: TSE. Elaboração própria.

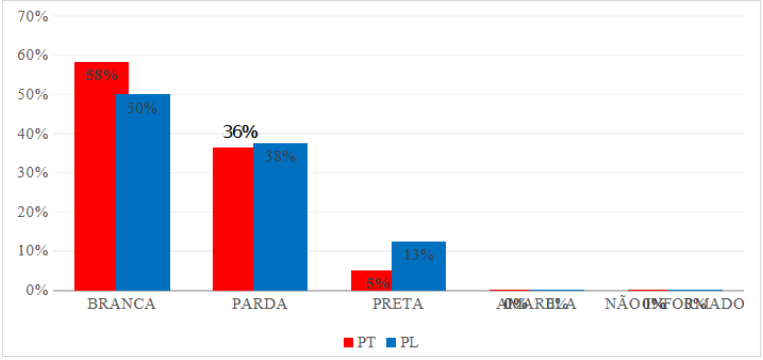
Não por coincidência o percentual gira em torno dos trinta por cento, o exato percentual legal mínimo que os partidos precisam lançar de candidaturas femininas.

A distribuição por gênero sugere um caráter hierarquizado da inclusão feminina nas disputas: os percentuais mais baixos concentram-se na titularidade majoritária (em torno de 17% a 19%), elevando-se nas candidaturas a vice-prefeito/a (30% a 32%) e a vereador/a (35% a 37%). Esse padrão confirma a literatura ao indicar que a presença feminina tende a gravitar estritamente em torno do patamar mínimo legal de 30% ou a ser alocada em posições de composição subordinada na chapa (Peixoto, V. DE M.; Marques, L. M.; Ribeiro, L. M., 2022).

O PT com 37% e o PL com 35% ambos cumprindo apenas a cota determinada por lei. No entanto, nesse caso em especial, o PT resta sendo um tanto mais coerente com sua dinâmica ideológica, mas ambos os partidos estão bem aquém do movimento necessário para uma maior ampliação de representatividade feminina na política.

No Caso das pessoas negras para cargo de prefeito, correlacionados com os partidos PT e PL, os dados demonstram que, em ambos os partidos, os brancos detêm a maioria das candidaturas. O PT lançou 58% e o PL 50% de pessoas brancas. Uma importante observação dos números é novamente o fato de que nos casos de pessoas pardas e pretas o PL teve um percentual maior dessas candidaturas sendo significante, principalmente, no que se refere a candidatos pretos que o PL lançou 13% enquanto o PT apenas 5%.

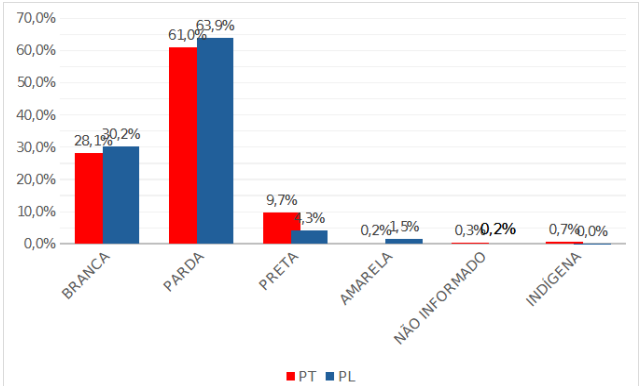
Gráfico 7 - Distribuição de candidaturas a Prefeito no Estado do Ceará - PT / PL (raça)



Fonte: TSE. Elaboração própria.

No caso das candidaturas a vereadores os que se declaram pardos são bem superiores às demais raças, mais de 60% em ambos os partidos, enquanto, os brancos ficam na casa dos 30% e as candidaturas de pretos desce para 9,7% no PT e 4,3% no PL.

Gráfico 8 - Distribuição de candidaturas a Vereadores no Estado do Ceará - PT / PL (raça)



Fonte: TSE. Elaboração própria.

O cruzamento por raça/cor revela uma assimetria estrutural entre as disputas majoritária e proporcional: nas candidaturas a prefeito, os candidatos brancos constituem a maioria absoluta ou expressiva em ambas as legendas (58% no PT e 50% no PL). Em contraste, na disputa para as Câmaras Municipais, as candidaturas de pessoas autodeclaradas pardas superam 60% em ambos os partidos, apontando que a base da competição legislativa reflete com maior proximidade a demografia local do que o topo do Executivo.

O estado do Ceará é dividido em 184 municípios, distribuídos em 14 regiões administrativas. Em apenas dois municípios o eleitorado permite a possibilidade de um eventual segundo turno, por contarem com mais de 200.000 eleitores: Fortaleza (Região da Grande Fortaleza), com 1.769.681 e Caucaia (Região da Grande Fortaleza), com 245.552. O quadro a seguir apresenta o perfil do eleitorado cearense.

Quadro 1: Distribuição do eleitorado entre municípios

Faixa de Eleitorado	**Número de Municípios**	**Percentual**
+200.000 eleitores	2	1,09%
De 100.000 a 199.999	3	1,63%
De 50.000 a 99.999	22	11,96%
De 20.000 a 49.999	57	30,98%
De 10.000 a 19.999	70	38,04%
De 0 a 9.999	30	16,30%
TOTAL	184	100,00%

Fonte: Elaboração própria (2024).

Municípios com mais de 100.000 eleitores são apenas três: Juazeiro do Norte (Cariri), com 198.133, Maracanaú (Grande Fortaleza), com 177.944 e Sobral (Sertão de Sobral), com 151.272. Pode-se observar que pouco mais de 85% dos municípios cearenses contam com um eleitorado inferior a 50.000 pessoas.

O quadro a seguir apresenta a distribuição do eleitorado por região.

Quadro 2: Distribuição do eleitorado por região

REGIÃO	**0 a 9.999**	**10.000 a 19.999**	**20.000 a 49.999**	**50.000 a 99.999**	**100.000 a 199.999**	**+200.000 eleitores**	**TOTAL**
CARIRI	8	8	10	2	1	0	29
CENTRO SUL	4	4	3	2	0	0	13
GRANDE FORTALEZA	0	2	6	8	1	2	19
LITORAL LESTE	1	2	2	1	0	0	6
LITORAL NORTE	0	5	7	1	0	0	13
LITORAL OESTE/VALE DO CURU	1	7	3	1	0	0	12
MACIÇO DE BATURITÉ	3	6	4	0	0	0	13
SERRA DA IBIAPABA	0	3	5	1	0	0	9
SERTÃO CENTRAL	1	7	3	2	0	0	13
SERTÃO DE SOBRAL	5	10	2	0	1	0	18
SERTÃO DO CANINDÉ	0	4	1	1	0	0	6
SERTÃO DOS CRATEÚS	2	4	6	1	0	0	13
SERTÃO DOS INHAMUNS	1	2	2	0	0	0	5
VALE DO JAGUARIBE	4	6	3	2	0	0	15
TOTAL	30	70	57	22	3	2	184

Fonte: Elaboração própria (2024).

Embora seja a região com o maior número de municípios, o Cariri tem apenas um com mais de 100.000 eleitores, Juazeiro do Norte. Os maiores municípios, conforme mencionado acima, ficam na região da Grande Fortaleza.

A estrutura do eleitorado cearense é fortemente concentrada: mais de 85% dos municípios possuem menos de 50.000 eleitores, sendo que apenas dois municípios atingem a magnitude exigida para segundo turno. Essa estrutura geográfica e demográfica impõe que o sucesso eleitoral em escala estadual dependa da articulação com elites e lideranças no interior, diferindo da dinâmica de opinião pública metropolitana.

PRESENÇA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES E DO PARTIDO LIBERAL

Os dados apontam que o Partido dos Trabalhadores integra 166 coligações para as disputas majoritárias no Ceará, apresentando candidaturas para prefeito e vice em 35 municípios (chapas puros-sangues). Em outros 61 municípios, apenas o candidato a prefeito era do partido. Já em 31 municípios, o Partido dos Trabalhadores integra a coligação indicando o candidato ao cargo de vice-prefeito. Nas outras 39 cidades, o Partido dos Trabalhadores não contribuiu com nenhum candidato na chapa majoritária.

Observa-se, portanto, que em quase 60% das coligações que integra, o Partido dos Trabalhadores indica o cabeça de chapa. Cabe lembrar, ainda, que em 21% das vezes o PT forma chapas puros-sangues. Em quase 19% das chapas das quais faz parte, o Partido dos Trabalhadores indica pelo menos o candidato a vice-prefeito. Finalmente, em apenas em 23% das coligações, o Partido não indicou pelo menos algum componente da chapa. Percentuais tão expressivos sugerem que a parceria com o Partido dos Trabalhadores deixa pouco espaço para outros partidos, com uma nítida prevalência do PT nas coligações que integra.

Já o Partido Liberal faz parte de 60 coligações majoritárias, tendo 15 chapas puros-sangues, ou seja, formadas por candidato a prefeito e a vice-prefeito do partido. Apenas no município de Iguatu, o Partido Liberal lançou candidatura ao cargo de prefeito sem indicar o respectivo vice. Em outros 10 municípios, o Partido Liberal indicou apenas o candidato ao cargo de vice-prefeito. Por fim, em 34 municípios, o Partido Liberal apenas integra a coligação, sem indicar quaisquer dos integrantes da chapa.

O percentual de chapas puros-sangues do Partido Liberal atinge a marca de 25%. Curiosamente, em apenas um município, ou seja, em cerca de 1,6% dos casos, o PL formou uma chapa na qual indica apenas o titular. Em aproximadamente 17% das coligações, o PL indica apenas o candidato ao cargo de vice-prefeito. Já o percentual de coligações nas quais o PL não indica nenhum dos candidatos atinge a cifra de 57%.

Das 15 chapas puros-sangues do PL, apenas 3 ocorrem em municípios com menos de 19.000 eleitores: Itaiçaba (Litoral Leste), Moraújo (Sertão de Sobral) e Iracema (Vale do Jaguaribe). O PL também lançou chapas com candidatos a prefeito e vice do partido em três cidades com mais de 100.000 eleitores: Maracanaú, Fortaleza e Caucaia, todas da região da

Grande Fortaleza.

Um dado interessante quanto às chapas puros-sangues petistas diz respeito ao porte do eleitorado, pois todas essas candidaturas ocorrem em municípios com menos de 60.000 eleitores. O maior município com uma chapa integralmente formada por candidatos petistas é Russas (Vale do Jaguaribe), com 58.008 eleitores.

É nítida a diferença de participação entre o Partido dos Trabalhadores e o Partido Liberal nas coligações que integram. Enquanto o PT indica pelo menos um dos componentes das chapas que integra em aproximadamente 76% das vezes, os números do PL atingem apenas 43% dos casos. Ou seja, o PT entra nas coligações como um importante player, enquanto o PL, na maior parte dos casos, atua como um coadjuvante.

O protagonismo do PT converge com os achados de Miguel e Machado (2007), que destacam como o pragmatismo, adensado após a chegada ao governo, possibilitou a ampliação das coligações, movimento que esteve associado ao aumento de vitórias do partido nas disputas municipais. A situação do PL revela, por outro lado, que sua relevância na disputa nacional ainda não se traduziu numa capilaridade organizativa com vistas às disputas municipais no Ceará. Nesse sentido, o que se pode afirmar é que ambos os partidos têm força em termos de nacionalização, mas a conversão disso em força nos municípios também depende das condições organizativas das agremiações.

Em relação à concorrência no proporcional, a diferença dos números de candidaturas apresentadas pelos partidos é maior na disputa para as Câmaras Municipais, que aquela observada no âmbito das prefeituras. O Partido dos Trabalhadores tem um total de 1511 candidatos a vereador, contra 540 do Partido Liberal. Observa-se, ainda, que o PT lançou candidaturas a vereador em 108 municípios cearenses, enquanto o PL está presente em apenas 49 municípios. Portanto, em pouco mais de 58% dos municípios cearenses há candidaturas do Partido dos Trabalhadores às Câmaras Municipais. O Partido Liberal, por sua vez, encontra-se presente em apenas 27% das disputas ao cargo de vereador nos municípios do Ceará.

Os resultados eleitorais espelham a superioridade petista verificada nas candidaturas, com o Partido dos Trabalhadores ocupando a segunda posição, tanto em número de prefeitos, quanto de vereadores eleitos.

O quadro a seguir apresenta os partidos de todos os 184 prefeitos eleitos no Ceará no ciclo eleitoral de 2024.

Quadro 3: Distribuição dos prefeitos eleitos por partido

Partido	Frequência	Percentual
PSB	65	35,3
PT	47	25,5
PSD	16	8,7
REPUBLICANOS	14	7,6

PP	13	7,1
MDB	9	4,9
PDT	5	2,7
PRD	5	2,7
UNIÃO	5	2,7
PODE	2	1,1
PSDB	2	1,1
SOLIDARIEDADE	1	0,5
TOTAL	**184**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria (2024).

Conforme antecipado, verifica-se que o Partido dos Trabalhadores perde apenas para o Partido Socialista Brasileiro em número de prefeituras conquistadas no Ceará, tendo obtido 47 das 184 vagas em disputa, o que corresponde a aproximadamente 25% do total.

O Partido Liberal não conquistou nenhuma prefeitura cearense, porém, integrou a coligação de 24 prefeitos eleitos. Já o PT, além dos 47 prefeitos eleitos, participou da coligação vencedora de outros 48 municípios.

Quando se comparam os municípios nos quais o PT entrou como cabeça de chapa (96 no total) em relação aos resultados (47 prefeituras), constata-se uma alta taxa de sucesso, com aproximadamente 49% de sucesso. Por sua vez, o PL não conquistou nenhuma das 16 prefeituras onde lançou os candidatos a prefeito.

Dentre as 47 prefeituras conquistadas pelo PT, um total de 06, ou seja, cerca de 13%, serão administradas por mulheres: Icó (Professora Aurineide); Ipu (Milena Damasceno); Jati (Monica Mariano); Piquet Carneiro (Neila); Pedra Branca (Ivoneth Braga) e Crateús (Janaina Farias).

Cabe ressaltar, ainda, que o PT conseguiu eleger o prefeito da capital, Evandro Leitão, numa disputa extremamente acirrada contra André Fernandes, do Partido Liberal. Evandro obteve 716.133 votos, o que corresponde a aproximadamente 50,38% dos votos válidos, frente aos 705.295 votos do candidato do PL (aproximadamente 49,62%). A diferença entre os competidores em Fortaleza foi de pouco mais de 10.000 votos, ou seja, de menos de 1%.

O resultado eleitoral da capital emula o processo de nacionalização pela presidencialização (Borges, 2015). Assim como na disputa presidencial de dois anos antes, o equilíbrio entre as forças redunda numa vitória por margem reduzida, em ambos os casos, favorável ao PT. Cabe notar que, para o quadro mais geral do estado, essa lógica não se sustenta, especialmente considerando o papel de coadjuvante do PL no interior.

A vitória em Fortaleza representou para o Partido dos Trabalhadores muito mais do que a superação do partido que foi o grande adversário no plano nacional em 2022, pois foi a única

capital conquistada pelo PT em 2024. Os dados relativos aos vereadores seguem a mesma linha de tendência de superioridade petista, conforme pode ser observado no quadro abaixo:

Quadro 4: Distribuição dos vereadores eleitos por partido

Partido	Frequência	Percentual
PSB	492	22,5
PT	385	17,6
PSD	218	10,0
MDB	179	8,2
REPUBLICANOS	168	7,7
PDT	151	6,9
PP	149	6,8
UNIÃO	109	5,0
PRD	61	2,8
PODE	55	2,5
PSDB	36	1,6
PL	35	1,6
SOLIDARIEDADE	30	1,4
DC	26	1,2
PV	26	1,2
AVANTE	14	0,6
PC do B	14	0,6
AGIR	11	0,5
MOBILIZA	10	0,5
REDE	5	0,2
TOTAL	**2190**	**100,0**

Fonte: Elaboração própria (2024).

Dos 2190 vereadores cearenses, o Partido dos Trabalhadores elegeu 385, o que corresponde a pouco mais de 17% do total. O PT novamente ficou abaixo apenas do PSB, que elegeu 492 vereadores no total (22,5%). O Partido Liberal elegeu 35 vereadores, o que corresponde a aproximadamente 1,6% do total dos eleitos.

Quando comparado com o número de candidaturas, o Partido dos Trabalhadores apresenta uma taxa de sucesso de aproximadamente um quarto, ou seja, conseguiu eleger cerca de 25%

dos candidatos que lançou para o cargo de vereador. O percentual do PL é significativamente inferior, correspondendo a pouco mais de 6%.

Em relação ao gênero das pessoas eleitas, observa-se que o PT elegeu 104 mulheres, o que corresponde a pouco mais de 27% do total de seus eleitos. Já o Partido Liberal elegeu 5 mulheres, ou seja, aproximadamente 14% de seus vereadores.

Os resultados consagram a hegemonia da coalizão governista no Ceará, com PSB e PT concentrando a liderança no Executivo (60,8% das prefeituras combinadas) e no Legislativo municipal (40,1% das cadeiras). O PT registrou uma taxa de sucesso de 49% nas cabeças de chapa e conquistou a capital. O PL, embora tenha demonstrado alta competitividade em Fortaleza (margem inferior a 1%), obteve desempenho periférico no interior, sem eleger chefes do Executivo e alcançando apenas 1,6% das cadeiras de vereador.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo analisar o desempenho eleitoral dos partidos PT e PL nas eleições municipais de 2024 no Ceará, destacando o papel dessas agremiações no cenário político local. A pesquisa se concentrou em uma análise descritiva dos dados de filiação e candidaturas, considerando variáveis como gênero, raça, região e coligações. A partir dessa abordagem, foi possível identificar as estratégias adotadas pelos partidos e como essas se articulam com as forças políticas regionais.

Os dados relativos às filiações partidárias mostram tendências semelhantes em ambos os partidos, com um grande aumento no fluxo de inscrições nos períodos anteriores aos ciclos eleitorais.

Tanto os dados de candidaturas, quanto aqueles pertinentes aos resultados apontam uma clara superioridade do Partido dos Trabalhadores frente ao Partido Liberal no estado do Ceará. Enquanto o PT elegeu 47 prefeitos, incluindo a capital, o PL não logrou êxito como cabeça de chapa.

Entretanto, em relação à disputa pela capital, o resultado foi extremamente apertado, com uma diferença no segundo turno entre os candidatos do PT e PL inferior a 1%, emulando, de certa forma, a disputa observada em 2022 no plano nacional.

No caso específico do Ceará, parece que a influência nacional mostrou-se forte apenas na disputa pela capital, enquanto as articulações políticas locais tiveram mais relevância no interior. O PL, apesar de sua visibilidade nacional, não conseguiu emplacar a titularidade de nenhuma prefeitura em disputa.

O Partido dos Trabalhadores, por sua vez, desponta como a segunda força do estado, atrás apenas do Partido Socialista Brasileiro, tanto em número de prefeitos, quanto de vereadores eleitos. A superioridade se traduz em eficiência nos resultados, com o PT vencendo em 48% das prefeituras nas quais lançou o titular da chapa.

Cabe lembrar que a competição eleitoral no Brasil não é composta por eleições isoladas

ou desconectadas. As disputas municipais, estaduais e federais funcionam como um jogo complexo e aninhado (França 2013; Carneiro e Almeida, 2008; Borges 2015). Isso demanda que a atuação dos partidos nas bases locais reflita estratégias coordenadas de alocação de recursos, expansão de capital eleitoral e sobrevivência institucional dentro de uma estrutura multinível hierarquicamente interligada.

Porém, como o jogo é complexo, os partidos não podem ignorar as pressões locais, muitas vezes mais prementes e que impõem, em certos casos aparentes, "incongruências" ou pragmatismos na atuação municipal. Além disso, a força nacional, por si, não resolve as necessárias condições organizativas dos partidos na esfera municipal. Estas talvez sejam algumas explicações para a assimetria entre um PT "protagonista" e um PL "coadjuvante" no Ceará.

Tanto em termos absolutos como em termos percentuais, o Partido dos Trabalhadores ostenta um maior número de mulheres eleitas, de certa forma confirmando aquilo que os próprios partidos de esquerda apontam como uma demanda relevante: uma maior preocupação com o equilíbrio de gênero.

Espera-se com o artigo contribuir para o entendimento do papel dos partidos políticos nas eleições municipais, ressaltando a importância de uma análise contextualizada que considere as interações locais. A pesquisa sugere que, apesar das fragilidades históricas, os partidos continuam a ser atores centrais na arena política, moldando a competição eleitoral.

Estudos futuros, especialmente focados em análises mais longitudinais não são apenas desejados, como necessários, a fim de se observar se os dados apontados constituem uma tendência ao longo dos próximos ciclos eleitorais. Nesse sentido, estudos envolvendo não apenas o próprio Ceará, mas outros estados da Federação seriam extremamente oportunos.

O campo dos estudos eleitorais no âmbito local conta com um amplo espaço para crescer. Um país de dimensões continentais como o Brasil apresenta uma imensa diversidade no âmbito local, demandando cada vez mais dos pesquisadores/as da realidade municipal. Esperamos que esta pequena contribuição esteja à altura do desafio que se impõe nesta agenda de pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Adriana Soares. **Os partidos políticos como instrumentos de exclusão das mulheres na arena política**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014.

AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BRAGA, M. S. S. "Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partidos e sistema partidário institucionalizados". **RBCP**, n. 4, 2010, p. 43-73.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Estatísticas eleitorais**. 2024. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/r/seai/sig-eleicao/home. Acesso em: 08 set. 2024.

BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Dados abertos do TSE**. 2024a. Disponível em: https://dadosabertos.tse.jus.br/dataset/candidatos-2024/resource/af76c401-0972-4ddf-8ea8-

00e310ae53b4. Acesso em: 08 set. 2024.

BORGES, André. Nacionalização partidária e estratégias eleitorais no presidencialismo de coalizão. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 58, n. 3, p. 651-688, 2015.

CARNEIRO, L. P.; ALMEIDA, M. H. T. de. Definindo a arena política local: sistemas partidários municipais na federação brasileira. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 403-432, 2008.

CARREIRÃO, Y. de S.. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 14, p. 255–295, maio 2014.

CEARÁ, Governo do Estado. **Plataforma Ceará 2050** – Atividade 3: Elaboração da Visão de Futuro e Objetivos Estratégicos. 2018. Disponível em: https://www.seplag.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/14/2020/07/3.4-Regionaliza%C3%A7%C3%A3o-da-Vis%C3%A3o-de-Futuro-do-Estado-do-Cear%C3%A1.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub e LIMONGI, Fernando. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

FRANÇA, Edna Cristina Vitor. **O tamanho da coligação partidária influencia no desempenho eleitoral do candidato?**: uma análise das coligações partidárias nas eleições majoritárias para prefeito nas capitais brasileiras. 106 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-graduação em Ciência Política. Mestrado Interinstitucional UFPE/IFMT. – [Recife]: Cuiabá, 2013.

GUARNIERI, F. A força dos partidos "fracos". **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 235-258, 2011. DOI: 10.1590/S0011-52582011000100007.

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. **Textos para Discussão n.º 111**. 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 11 set. 2024.

KLEIN, Cristian. **O outro lado da mesma moeda**: a força dos partidos brasileiros na arena eleitoral. 2014. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

LAVAREDA, A.; TELLES, H. **A lógica das eleições municipais**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2016, 420p.

MACHADO, Carlos; MARQUES, Danusa; BIROLI, Flávia. **O que está em jogo nas eleições 2022**: gênero e raça. Brasília: Câmara dos Deputados, Observatório Nacional da Mulher na Política, 29 ago. 2022. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/a-camara/estruturaadm/secretarias/secretaria-da-mulher/observatorio-nacional-da-mulher-na-politica/artigo-o-que-esta-em-jogo-nas-eleicoes-2022-genero-e-raca. Acesso em: 1 out. 2026.

MAINWARING, Scott. **Rethinking party systems theory in the third wave of democratization**. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999.

MIGUEL, Luis Felipe; MACHADO, Carlos. Um equilíbrio delicado: a dinâmica das

coligações do PT em eleições municipais (2000 e 2004). **Dados**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 4, p. 757–793, 2007.

MIGUEL, L. F. (org.). **Mulheres e representação política**: 25 anos de estudos sobre cotas eleitorais no Brasil. Porto Alegre: Zouk, 2021. 633 p.

NUNES, Felipe. A eleição municipal da polarização. **O Globo**, Rio de Janeiro, 31 dez. 2023. Opinião.

PEIXOTO, V. de M.; MARQUES, L. M.; RIBEIRO, L. M.. Financiamento de campanhas e desempenho eleitoral das mulheres nas eleições brasileiras (1998-2020). **Estudos Avançados**, v. 36, n. 106, p. 93–116, set. 2022.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno Wilhelm. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. **Opinião pública**, v. 18, n. 1, p. 177-197, 2012.

SAMUELS, D. J. Concurrent Elections, Discordant Results: Presidentialism, Federalism, and Governance in Brazil. **Comparative Politics**, New York, v. 33, n. 1, p. 1-20, oct. 2000.

TAROUCO, G. da S. Institucionalização partidária no Brasil (1982-2006). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 4, p. 169-186, 2010. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1716. Acesso em: 1 out. 2026 .